



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO
RUA DR. GABRIEL VILELA, 413 - CENTRO - CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENTA
16 - 3173 - 8200 E - MAIL: prefeitura@igarapava.sp.gov.br



Do: Departamento de Finanças
Para: Gabinete do Prefeito

Informo que há no orçamento vigente dotação orçamentária que atenda às necessidades de contratação de pessoa física para atuar como interventor junto a **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE IGARAPAVA**, cujo valor total previsto, para período de 180 (cento e oitenta) dias é de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), sendo esta a que segue abaixo:

02 - Executivo

02.04 - Departamento de Saúde

02.04.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0150.2025.0000

3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física

Aproveitamos o ensejo para informar que tendo em vista que o prazo de contratação estimado é para o período de 180 (cento e oitenta) dias e perfará nesse período o montante sobredito, serão incluídas no orçamento previsto para o ano de 2020 referidas despesas, sendo, no caso de prorrogação da contratação pretendida, será informada a dotação referente aos períodos dos exercícios vindouros em oportunidade própria, se necessário.

Igarapava - SP, 02 de janeiro de 2020.

Adélia de Paula

Diretora do Departamento de Finanças



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO**

RUA DR. GABRIEL VILELA, 413-CENTRO – CEP 14540-000

CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENTO

PABX (16) 3173 7200



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº 003/2020

Assunto: Contratação do interventor para cumprimento do decreto, haja vista a prorrogação do Decreto Municipal nº 2.157/2019.

Encaminha o pedido a solicitação Parecer Jurídico em Processos Licitatórios de dispensa de licitação cumpre a função de análise à legalidade do procedimento, bem como os pressupostos formais da contratação, ou seja, avaliar a compatibilidade dos atos administrativos produzidos no processo de contratação pública com o sistema jurídico vigente. Desta forma, a conveniência da realização de determinada contratação fica a cargo do Gestor Público, ordenador das despesas.

É de suma importância que a Constituição da República, em seu artigo 37, XXI, prevê a obrigatoriedade de licitação para as contratações realizadas pela Administração Pública:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Na Lei Licitação nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, a chamada "Lei das Licitações", foi publicada com o objetivo de regulamentar o citado dispositivo constitucional, e criar padrões e procedimentos para reger a contratação pela Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO

RUA DR. GABRIEL VILELA, 413-CENTRO – CEP 14540-000

CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENTA

PABX (16) 3173 7200



A obrigatoriedade da realização do procedimento licitatório é um corolário do princípio constitucional da isonomia, previsto na Constituição Federal de 1988 (art. 5º, I), pelo qual, todos devem receber tratamento igual pelo Estado. Evita-se, desse modo que os parceiros sejam escolhidos por critérios de amizade pessoal e outros interesses que não o da consecução da finalidade pública. Assim, o objeto imediato e próprio da licitação é evitar a ocorrência do arbítrio e do favoritismo.

Segundo o constitucionalista Alexandre de Moraes, "a licitação representa, portanto, a oportunidade de atendimento ao interesse público, pelos particulares, numa situação de igualdade".

Sendo assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

Reza o art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93: "nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimentos de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras e serviços, equipamentos e ou outros bens, públicos e particulares e somente para bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos."

Considera-se como situação emergencial, asseguradora da regular dispensa de licitação, aquela que precisa ser atendida com urgência, objetivando a não ocorrência de prejuízos, não sendo comprovada a desídia do Administrador ou falta de planejamento. Já por calamidade pública, entendam-se aquelas desgraças que atingem, de repente, grande número de cidadãos, como, por exemplo, podemos citar a seca, as inundações, enxurradas, desabamentos, peste, guerra, incêndio, terremoto, vendaval.

O incluído Jessé Torres Pereira Júnior, ao comentar o referido dispositivo, cujo entendimento é compartilhado pela doutrina dominante, afirma que: "Já na vigência da Lei nº 8.666/93, o Tribunal de Contas da União definiu que: 'além da adoção das formalidades previstas no art. 26 e seu parágrafo único



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO

RUA DR. GABRIEL VILELA, 413-CENTRO – CEP 14540-000

CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENTO

PABX (16) 3173 7200



da nº Lei nº 8.666/93, são pressupostos da aplicação do caso de dispensa preconizados no art. 24, inciso IV, da mesma lei:

a.1) que a situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, não se tenha originado, total ou parcialmente da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, que ela não possa, em alguma medida, ser atribuída à culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação;

a.2) que exista urgência concreta e efetiva do atendimento a situação decorrente do estado emergencial ou calamitoso, visando afastar risco de danos a bens ou à saúde ou à vida das pessoas;

a.3) que o risco, além de concreto e efetivamente provável, se mostre iminente e especialmente gravoso;

a.4) que a imediata efetivação, por meio de contratação com terceiro, de determinadas obras, serviços ou compras, segundo as especificações e quantitativos tecnicamente apurados, seja o meio adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado".

Consoante o já citado Professor Marçal Justen Filho, para a caracterização dessa hipótese de dispensa de licitação é necessário o preenchimento de dois requisitos, quais sejam, a demonstração concreta e efetiva da potencialidade do dano e a demonstração de que a contratação é a via adequada e efetiva para eliminar o risco.

O Tribunal de Contas da União tem mantido o posicionamento de que é cabível a dispensa de licitação: Dispensa – emergência TCU decidiu: "...a urgência de atendimento para a dispensa de licitação é aquela qualificada pelo risco da ocorrência de prejuízo ou comprometimento da segurança de pessoas, obras e serviços, equipamentos ou outros bens públicos e particulares, caso as medidas requeridas não sejam adotadas de pronto."(Fonte: TCU. Processo nº 009.248/94-3. Decisão nº347/1994 – Plenário e TCU - Processo nº 500.296/96-0. Decisão nº 820/1996- Plenário)

"Emergência – calamidade pública Nota : o TCU decidiu em resposta a consulta, que é dispensável a licitação no caso de calamidade pública desde que observados os artigos 24, IV, e 26 da Lei nº8.666/93, bem como os pressupostos estabelecidos em caráter normativo na Decisão nº 347/94 e ainda, a observância do Decreto federal nº895/93, justificativa da escolha do fornecedor(capacidade técnica). Fonte: TCU. Processo nº929.114/98-1. Decisão nº 627/1999 – Plenário."



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO

RUA DR. GABRIEL VILELA, 413-CENTRO – CEP 14540-000

CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENTA

PABX (16) 3173 7200



Tendo em vista o valor da contratação, o responsável pelas Licitações, Compras e Contratos sugere que a aquisição se dê por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

A licitação dispensada, ensina Hely Lopes Meirelles, "é aquela que a própria lei a declarou como tal". José Santos Carvalho Filho acrescenta que está se caracteriza pela circunstância de que, em tese, poderia o procedimento ser realizado, mas que, pela particularidade do caso, decidiu o legislador não o tornar obrigatório.

Cabe aqui certa discricionariedade do agente administrativo, já que a licitação não é proibida. Entretanto, este deve levar em conta que a realização do certame deve também ser vantajosa para a Administração e respeitar o princípio da economicidade.

A Lei nº 8.666/93, ao instituir as normas para licitações e contratos da Administração Pública, autorizou a dispensa de licitação em várias hipóteses, ainda que possível a competição. São circunstâncias peculiares que aconselham a contratação direta, desde que preenchidos os requisitos previstos em lei.

Desta forma, o gestor deve demonstrar o cumprimento dos princípios atinentes à licitação, principalmente os da impessoalidade, moralidade, probidade e julgamento objetivo, além das exigências gerais previstas na Lei nº 8.666/93, tais como a comprovação da regularidade da empresa a ser contratada, demonstração de que o valor contratado é equivalente ao praticado no mercado e a motivação da decisão da Administração Pública.

Assim, o Estatuto de Licitações permite, como ressalva à obrigação de licitar, a contratação direta, através de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, desde que preenchidos os requisitos previstos na lei.

No caso em tela, cumpre verificar que:

Considerando o artigo 196 da Constituição Federal, **a saúde é direito de todos e dever do Estado**, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO

RUA DR. GABRIEL VILELA, 413-CENTRO – CEP 14540-000

CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENTO

PABX (16) 3173 7200



Considerando no artigo 197 da Constituição Federal de 1988, que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua **regulamentação, fiscalização e controle**, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado;

Considerando no artigo 199 da Constituição Federal, que dispõe que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, sendo que as instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos;

Considerando a Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

Considerando o artigo 15, inciso XIII, da Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, atribuições para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias, a autoridade competente da esfera administrativa correspondente **poderá requisitar bens e serviços**, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, sendo-lhes assegurada justa indenização;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2, de 28/07/2017, que instituiu a Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando que a Santa Casa de Misericórdia de Igarapava é o **único** prestador de serviço hospitalar do município, com serviços essenciais à manutenção da vida dos cidadãos desde 1916, atendendo ainda, via pactuação regional, doze Municípios de duas microrregiões administrativas;

Considerando o convênio estabelecido pela Lei Municipal nº821/2018 que autoriza o Poder Executivo a celebração de convênio com a irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Igarapava;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO**

RUA DR. GABRIEL VILELA, 413-CENTRO – CEP 14540-000

CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENTO

PABX (16) 3173 7200



Considerando a Resolução nº 02 de 11 de junho de 2019, sobre a recomendação do Conselho Municipal de Saúde do município de Igarapava-SP ao Chefe do Executivo Municipal para proceder com a intervenção administrativa na Santa Casa de Misericórdia de Igarapava-SP;

Considerando o Decreto Municipal nº 2.157 de 23 de julho de 2019, que dispõe sobre a intervenção, na modalidade de requisição, na Santa Casa de Misericórdia de Igarapava;

Considerando o relatório da equipe de intervenção, no processo 11.219-2019, entregue em 20/12/2019, complementado pela documentação apresentada em xxxx, todos devidamente analisados por este Departamento Municipal de Saúde, com todos os documentos que vem em anexo, tendo sido apresentado os seguintes fatos gerais:

- I. Diversas irregularidades financeiras, dentre elas malversação de emenda parlamentar transferida do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde, com repasse para a Santa Casa para custeio das ações e serviços na entidade.
- II. Malversação do repasse financeiro federal para custeio das ações da ala de internação em saúde mental, onde as melhorias e regras normativas não estavam sendo cumpridas;
- III. Negação de entrega de medicamentos para pacientes que utilizam o Pronto Socorro, sendo que o convênio previa a cobertura total das ações nesse nível de atenção;
- IV. Contratação pelos dirigentes da Instituição de suas próprias empresas;
- V. Existência de um quinto óbito fetal não notificado a tempo e modo;
- VI. Apuração de grave e contínua violação à porta de entrada do SUS;

Considerando as mudanças e benfeitorias conforme apresentado no relatório final da equipe de intervenção da Santa Casa de Misericórdia de Igarapava, processo 11.219-2019, sendo evidenciado os seguintes fatos gerais:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO**

RUA DR. GABRIEL VILELA, 413-CENTRO – CEP 14540-000

CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENTO

PABX (16) 3173 7200



- I. Adoção de metodologias de avaliações internas, implantação de protocolos, dimensionamento de pessoal, contratação de recursos humanos e manejo de protocolos clínicos;
- II. Aquisição de novos aparelhos de urgência e emergência;
- III. Adequação da ambiência de recepção e acompanhamento de mães e recém-nascidos;
- IV. Implantação de ponto eletrônico;
- V. Implantação exclusiva de acesso dos médicos com estacionamento privativo, facilitando o embarque e desembarque nas situações de atendimento de emergências;
- VI. Criação de manuais de vigilância em saúde;
- VII. Aquisição de 3 focos e 3 monitores para o bloco cirúrgico;
- VIII. Publicidade na prestação de contas semanal, com possibilidade de participação e auditoria popular;
- IX. Implantação de mamógrafo para exames preventivos de rastreamento e de diagnóstico clínico;
- X. Aumento da taxa de ocupação da ala de internação de saúde mental, que é referência para a região;
- XI. Organização do fluxo do pronto socorro, com implantação de senhas e classificação de risco;
- XII. Valorização dos profissionais e treinamentos periódicos;
- XIII. Instalação de ar condicionado e cortina de ar para climatização da sala de espera dos pacientes do pronto socorro;
- XIV. Corrigido as falhas administrativas como contratos sem assinaturas com prestadores, falta de preenchimento de prontuário médico, falta de preenchimento de campos obrigatórios na ficha de atendimento realizada pela recepção, reorganização do faturamento, cadastro de medicamento conforme tabela de índice nacional, escala de retaguarda, laudo de laboratórios e relatórios cirúrgicos;
- XV. Análise da violação da porta de entrada do SUS, em fase de auditoria, o que se faz necessário ampliação do prazo de verificação das fichas, prontuários e documentos necessários;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO

RUA DR. GABRIEL VILELA, 413-CENTRO – CEP 14540-000

CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENTO

PABX (16) 3173 7200



XVI. Implantações de contratações impessoais por meio de licitação para contratação de empresa médica;

XVII. Adequação do patrimônio móvel da entidade;

XVIII. Negociação da dívida perante a CPFL;

XIX. Manutenção das diretrizes e metas do certificado CEBAS;

XX. Investigação em curso dos óbitos fetais;

Considerando a adoção de protocolos condizentes com as diretrizes do Ministério da Saúde, melhorando o atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde.

Considerando que não houve inscrição de chapa para eleição da Mesa Administrativa da Entidade, prorrogando-se o vincendo mandato da atual Mesa Administrativa da Entidade;

Considerando que a recondução da atual Mesa Administrativa só seria permitida com a não apresentação de nova chapa eis que a mesma já está há 8 anos comandando a instituição, tendo sido prorrogado seu mandato, por mais quatro anos, totalizando 12 anos com a mesma direção;

Considerando que a maior parte das irregularidades citadas no relatório e documentação apresentada pela equipe de intervenção está diretamente ligada a ações e/ou omissões da Direção reconduzida do Hospital requisitado;

Considerando a pesquisa anônima sobre a manifestação dos funcionários da entidade sobre a continuidade da intervenção, 77,6% disseram SIM, ou seja, foram à favor da continuidade da intervenção, mostrando que esse processo trouxe qualidade e bem estar para o quadro de colaboradores;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO
RUA DR. GABRIEL VILELA, 413-CENTRO – CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENTA
PABX (16) 3173 7200



Assim, considerando que a contratação do serviço pode ser feita sem procedimento licitatório, pois a situação se enquadra nas hipóteses do art. 24, inciso IV da Lei nº8.666/93, opinamos pela contratação direta Marcelo Ormeneze.

À consideração superior.

Igarapava – SP 14 de janeiro de 2020.


BRUNO RENÉ CRUZ RAFACHINI

OAB/SP 279.915



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO
RUA DR. GABRIEL VILELA, 413 - CENTRO - CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 - I.E. ISENTA
PABX (16) 3173 - 8200 E - MAIL: prefeitura@igarapava.sp.gov.br



RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

JOSÉ RICARDO RODRIGUES MATTAR, Prefeito Municipal de Igarapava - SP, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a necessidade de ser efetivada a intervenção, por parte do Poder Executivo Municipal, Santa Casa de Misericórdia de Igarapava, tomando por base acontecimentos que corroboram para essa ação, além das considerações aventadas, bem como o parecer favorável emitido pelo Departamento de Negócios Jurídicos e a existência de recursos financeiros, **RATIFICA** o processo administrativo 003 / 2020 de Dispensa de Licitação nº 002 / 2020 de acordo com o artigo 24, inciso IV da Lei 8.666 / 93, que visa a contratação de pessoa física para atuar como interventor junto ao sobredito nosocômio, figurando como contratado o Sr. Marcelo Ormeneze, inscrito no CPF sob nº 138.756.698 - 94, pelo valor mensal de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) que perfará o montante de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) para o período de 180 (cento e oitenta) dias, sendo este o prazo previsto da contratação, justificando o feito com base no currículo profissional, bem como, em sua atuação como membro de entidades cujo objeto é voltado em sua primazia ao atendimento do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, bem como, pela atuação como diretor de departamento no poder executivo municipal.

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da documentação fiscal.

RATIFICO os atos praticados, **HOMOLOGANDO** o presente processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, o qual deverá ser publicado na Imprensa Oficial do Estado e do Município.

Publique-se, na forma da lei.

Igarapava - SP, 16 de janeiro de 2020.

JOSÉ RICARDO RODRIGUES MATTAR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Igarapava

FLS: 1/2

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, A MARCELO ORMENEZZE E PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA OBJETIVANDO A ATUAÇÃO DE INTERVENTOR JUNTO A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE IGARAPAVA.

CONTRATO Nº 003 / 2020
VALOR R\$ 42.000,00



Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 45.324.290 / 0001 - 67, com sede à rua Dr. Gabriel Vilela, nº 413, neste ato representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, a seguir denominada **CONTRATANTE**, e **MARCELO ORMENEZZE**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 23.981.936-6 - SSP/SP e do CPF nº 138.756.698-94, residente e domiciliado na Rua: Cel. Francisco Martins, nº 500, Igarapava/SP, a seguir denominada **CONTRATADA**, ambas com sujeição à legislação vigente, em especial aos Decretos Municipais n.º 2.157 de 23 de julho de 2019 e nº 2206 de 16 de janeiro de 2020, bem como, ao artigo 24, inciso IV da Lei 8.666 / 93, celebram o presente contrato oriundo do processo administrativo 003 / 2020 de Dispensa de Licitação nº 002 / 2020 mediante as cláusulas e condições abaixo declinadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA, por força do presente instrumento, procederá a prestação de serviços como interventor, tendo seu início a partir de 19 de janeiro de 2020 e término em 180 dias a contar desta data.

CLÁUSULA SEGUNDA: A referida Prestação de Serviço será realizada diariamente, devendo o interventor estar à inteira disposição e a qualquer horário da Santa Casa de Misericórdia de Igarapava, devendo a CONTRATADA, enquanto interventor, desenvolver o exigido no artigo 2º do Decreto Municipal n.º 2.157 de 23 de julho de 2019, bem como, os demais atos e obrigações concernentes à atividade, dispostos no sobredito instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a importância de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) mensais, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da apresentação de documentação fiscal.

As despesas decorrentes com a execução do presente contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

02 – EXECUTIVO

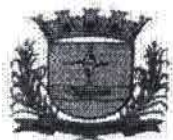
0204 – DEPARTAMENTO DE SAÚDE

020401 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação funcional – 10.301.0150.2025.0000

3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – PF

CLÁUSULA QUARTA: O presente contrato poderá ser prorrogado, enquanto durar a intervenção, mediante termo de aditamento, precedido de concordância das partes, sendo certo que será rescindido de imediato por culpa da CONTRATADA, na hipótese de não atendimento de qualquer das condições nele estabelecido e nas pertinentes à Legislação Municipal.



Prefeitura Municipal de Igarapava

FLS: 2/2



PREFEITO MUNICIPAL

CLÁUSULA QUINTA: Este contrato poderá ser rescindido, desde que uma das partes (CONTRATADA OU CONTRATANTE), acharem conveniente que seja rescindido, comunicando com antecedência de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA SEXTA: Em caso de dano causado pela CONTRATADA à Prefeitura Municipal de Igarapava, a reparação será descontada quando do pagamento da referida Prestação de Serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA: O CONTRATADO obriga-se a respeitar as ordens de serviços emanadas da Administração Municipal, tanto com referência aos termos do Regulamento Interno e Avisos, segundo a praxe adotada na Prefeitura, desde que essas ações não sejam conflitantes com o Estatuto da Santa Casa de Misericórdia e normas vigentes em relação aos protocolos e legislações no âmbito da Saúde.

CLÁUSULA OITAVA: Fica, desde já, eleito o Foro desta Comarca de Igarapava, desistindo a CONTRATADA de outro que porventura tenha, para dirimir quaisquer pendências que do presente advirem.

E, por estarem assim convencionados assinam o presente contrato, em duas (02) vias, na presença de duas testemunhas abaixo nomeadas e assinado.

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE IGARAPAVA,
Aos 16 de janeiro de 2020

JOSÉ RICARDO RODRIGUES MATTAR
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

MARCELO ORMENEZZE
INTERVENTOR
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF/MF 127.936.258-84
2. _____ CPF/MF 380.923.378-10



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO**

RUA DR. GABRIEL VILELA, 413 – CENTRO - CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 - I.E. ISENTA
PABX (16) 3173 – 8200 E – MAIL: prefeitura@igarapava.sp.gov.br
TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO REF.: CONTRATO 003/2020



CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Igarapava

CONTRATADO: Marcelo Ormenezze

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 003 / 2020

OBJETO: “prestação de serviços como interventor, na Santa Casa de Misericórdia de Igarapava”

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Igarapava – SP, 16 de janeiro de 2020

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: José Ricardo Rodrigues Mattar

Cargo: Prefeito

CPF: 162.070.128-60 RG: 23.646.285 SSP/SP

Data de Nascimento: 15/08/1974

Endereço residencial completo: Rua Cerqueira César, nº 109 – Centro, CEP 14.540-000, Igarapava – SP.

E-mail institucional: prefeitura@igarapava.sp.gov.br

E-mail pessoal: jradvocacia.iga@hotmail.com

Telefone(s): 16 – 3172 - 1030

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste: Pelo CONTRATANTE:

Nome: José Ricardo Rodrigues Mattar

Cargo: Prefeito

CPF: 162.070.128-60 RG: 23.646.285 SSP/SP

Data de Nascimento: 15/08/1974

Endereço residencial completo: Rua Cerqueira César, nº 109 – Centro, CEP 14.540-000, Igarapava – SP.

E-mail institucional: prefeitura@igarapava.sp.gov.br

E-mail pessoal: jradvocacia.iga@hotmail.com



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO**

RUA DR. GABRIEL VILELA, 413 - CENTRO - CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 - I.E. ISENTA
PABX (16) 3173 - 8200 E - MAIL: prefeitura@igarapava.sp.gov.br
TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO REF.: CONTRATO 003/2020

Telefone(s): 16 - 3172 - 1030

Assinatura: _____



Pela CONTRATADA:

Nome: Marcelo Ormenezze

Cargo: Interventor

CPF: 138.756.698-94, RG n.º 23.981.936-6 - SSP - SP

Data de Nascimento: 26/11/1972

Endereço residencial completo: Rua: Cel. Francisco Martins, nº 500, Igarapava/SP, CEP 14.540 - 000

E-mail institucional: ormenezemar@uol.com.br

E-mail pessoal: ormenezemar@uol.com.br

Telefone(s): 016 - 3172-5409

Assinatura: _____



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE IGARAPAVA

Conforme Lei Orgânica Municipal

www.igarapava.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/igarapava

Segunda-feira, 20 de janeiro de 2020

Ano II | Edição nº 50

Página 2 de 3



PODER EXECUTIVO DE IGARAPAVA

Atos Oficiais

Decretos

DECRETOS

ERRATA

ERRATA DECRETO: Nº 2197, publicação no DIOE Diário Oficial Eletrônico, págs: 09 e 10 de 20 de dezembro de 2019.

Onde se lê:....Suplementação valor R\$ 35.000,00, leia-se Valor R\$ 38.100,00

Licitações e Contratos

Ratificação

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

JOSÉ RICARDO RODRIGUES MATTAR, Prefeito Municipal de Igarapava - SP, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a necessidade de ser efetivada a intervenção, por parte do Poder Executivo Municipal, Santa Casa de Misericórdia de Igarapava, tomando por base acontecimentos que corroboram para essa ação, além das considerações aventadas, bem como o parecer favorável emitido pelo Departamento de Negócios Jurídicos e a existência de recursos financeiros, RATIFICA o processo administrativo 003 / 2020 de Dispensa de Licitação nº 002 / 2020 de acordo com o artigo 24, inciso IV da Lei 8.866 / 93, que visa a contratação de pessoa física para atuar como interventor junto ao sobredito nosocômio, figurando como contratado o Sr. Marcelo Ormeneze, inscrito no CPF sob nº 138.756.698 - 94, pelo valor mensal de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) que perfaz o montante de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) para o período de 180 (cento e oitenta) dias, sendo este o prazo previsto da contratação, justificando o feito com base no currículo profissional, bem como, em sua atuação como membro de entidades cujo objeto é voltado em sua primazia ao atendimento do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, bem como, pela atuação como diretor de

departamento no poder executivo municipal.

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da documentação fiscal.

RATIFICO os atos praticados, HOMOLOGANDO o presente processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO, o qual deverá ser publicado na Imprensa Oficial do Estado e do Município.

Publique-se, na forma da lei.

Igarapava - SP, 16 de janeiro de 2020.

JOSÉ RICARDO RODRIGUES MATTAR

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato

EXTRATO DE CONTRATO – Dispensa de Licitação 002/2020 – P.A. 003/2020: Objeto: contratação de interventor junto a Santa Casa de Misericórdia de Igarapava - Contrato 003 / 2020 entre a Prefeitura Municipal de Igarapava e Marcelo Ormeneze, CPF 138.756.698 - 94; Valor do Contrato: R\$ 42.000,00; Publicação da Ratificação: 18/01/2020; Assinatura do Contrato: 16/01/2020; Vigência: 180 dias.

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 127/2019

O Município de Igarapava/SP, por intermédio da Prefeitura Municipal, torna público, para conhecimento dos interessados, que a Pregoeira e sua Equipe de Apoio, reunir-se-ão no dia, hora e local designados neste Edital, onde realizará certame licitatório, na modalidade de PREGÃO, na forma PRESENCIAL, pelo MENOR PREÇO, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, para LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS CONVENCIONAIS E ADAPTADOS.

Credenciamento e recebimento de envelopes (proposta de preços e habilitação): A partir das 08h30min

Município de Igarapava – Estado de São Paulo

Diário Oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.